

SOCIAL E TERRITORIAL

Ao contrário do que a grande mídia e o governo federal rotineiramente anunciam, o cenário econômico continua a trazer notícias lamentáveis. A desocupação no país passou pelo maior aumento dos últimos quatro trimestres: 1,8 milhão de “novos desempregados” nos três primeiros meses de 2017. O país tem estados com níveis de desemprego equiparáveis aos maiores do mundo, e a desocupação atinge cada vez mais adultos, mulheres e negros.

Desemprego continua a crescer no Brasil

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, em 2017, o mundo produzirá um saldo de 3,4 milhões de desempregados (empregos perdidos menos empregos gerados), chegando a 201 milhões de desempregados em nível global. Aponta-se que as mudanças serão agudas e negativas, em especial na América Latina e Caribe (“altamente direcionadas pelo Brasil”, segundo o relatório), bem como na África Subsaariana. Para o saldo de 3,4 milhões de novos desempregados em 2017, o Brasil contribuiria com 1,2 milhão de novos desempregados, fechando o ano de 2017 com 13,6 de pessoas nesta condição e uma taxa de desocupação de 12,4%. Mas esse montante, calculado em 2016, foi superado em apenas três meses de 2017, pois a taxa de desocupação saltou de 12%, quando correspondia a 12,3 milhões de pessoas, no último trimestre de 2016, para 13,7% no primeiro trimestre de 2017, atingindo 14,2 milhões de brasileiros. Em consequência, há 1,8 milhão de novos desempregados no país apenas em 2017. É o que apontam os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC), do IBGE, divulgada na última quinta-feira, 18/5.

A população desempregada nos estados da federação

É possível observar, no quadro 1, que a região Sudeste foi a que mais gerou desemprego no primeiro trimestre deste ano. De 1,8 milhão de “novos desempregados” do país, cerca de 895 mil (49%), estão na região. São Paulo concentra mais da metade destes, 495 mil. Minas Gerais foi o segundo estado a gerar desempregados, com 286 mil. A região Nordeste, com 460 mil, e a Sul, com 268 mil, concentram as outras duas unidades federativas que geraram mais de 100 mil desempregados cada: a Bahia com 132 mil desocupados, e o Paraná, com 139 mil. Já a região Norte, com 115 mil novos desocupados, teve como maior gerador de desemprego o Amazonas, onde, desde este período, mais 63 mil pessoas pressionam o mercado de trabalho e corroboram com a “situação de emergência” decretada pelo estado no início deste mês devido à onda migratória de venezuelanos. No entanto, o Norte foi a única região a apresentar estados com redução, ainda que leve, do desemprego, pois o Tocantins apresentou saldo positivo de 4.200 empregos e Rondônia de 52 postos de trabalho. Quantitativamente, a região Centro-Oeste foi a que menos sentiu o peso do desemprego. Ainda assim, surgiram na região mais 95 mil desocupados, sendo mais da metade destes, 53 mil, no estado de Goiás.

Quadro 1. Desempregados por Unidade da Federação

UNIDADE TERRITORIAL	NÚMERO DE DESEMPREGADOS		
	4º trimestre de 2016	1º trimestre de 2017	"Novos desempregados" no período
Rondônia	67.552	67.500	-52
Acre	37.427	51.644	14.217
Amazonas	260.800	324.216	63.416
Roraima	18.435	20.992	2.557
Pará	478.791	511.895	33.104
Amapá	59.579	66.005	6.426
Tocantins	91.684	87.487	-4.197
NORTE	1.014.268	1.129.739	115.471
Maranhão	351.763	412.260	60.497
Piauí	122.866	174.936	52.070
Ceará	484.263	560.827	76.564
Rio Grande do Norte	224.667	249.871	25.204
Paraíba	199.726	220.264	20.538
Pernambuco	634.084	689.990	55.906
Alagoas	186.615	217.671	31.056
Sergipe	154.808	160.893	6.085
Bahia	1.214.425	1.346.278	131.853
NORDESTE	3.573.217	4.032.990	459.773
Minas Gerais	1.219.230	1.505.630	286.400
Espírito Santo	278.178	293.785	15.607
Rio de Janeiro	1.115.333	1.214.165	98.832
São Paulo	3.041.146	3.535.785	494.639
SUDESTE	5.653.887	6.549.365	895.478
Paraná	478.016	617.473	139.457
Santa Catarina	226.493	297.397	70.904
Rio Grande do Sul	502.381	559.825	57.444
SUL	1.206.890	1.474.695	267.805
Mato Grosso do Sul	112.208	133.959	21.751
Mato Grosso	158.299	172.030	13.731
Goiás	395.596	448.970	53.374
Distrito Federal	227.589	233.939	6.350
CENTRO-OESTE	893.692	988.898	95.206
BRASIL	12.341.954	14.175.687	1.833.733

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

A desigualdade da taxa de desemprego

O mapa 1 permite perceber que a taxa de desocupação média nacional (13,7%) não demonstra por si só a forma desigual como a falta de emprego se faz sentir nos diferentes cantos do país. Estados como Bahia

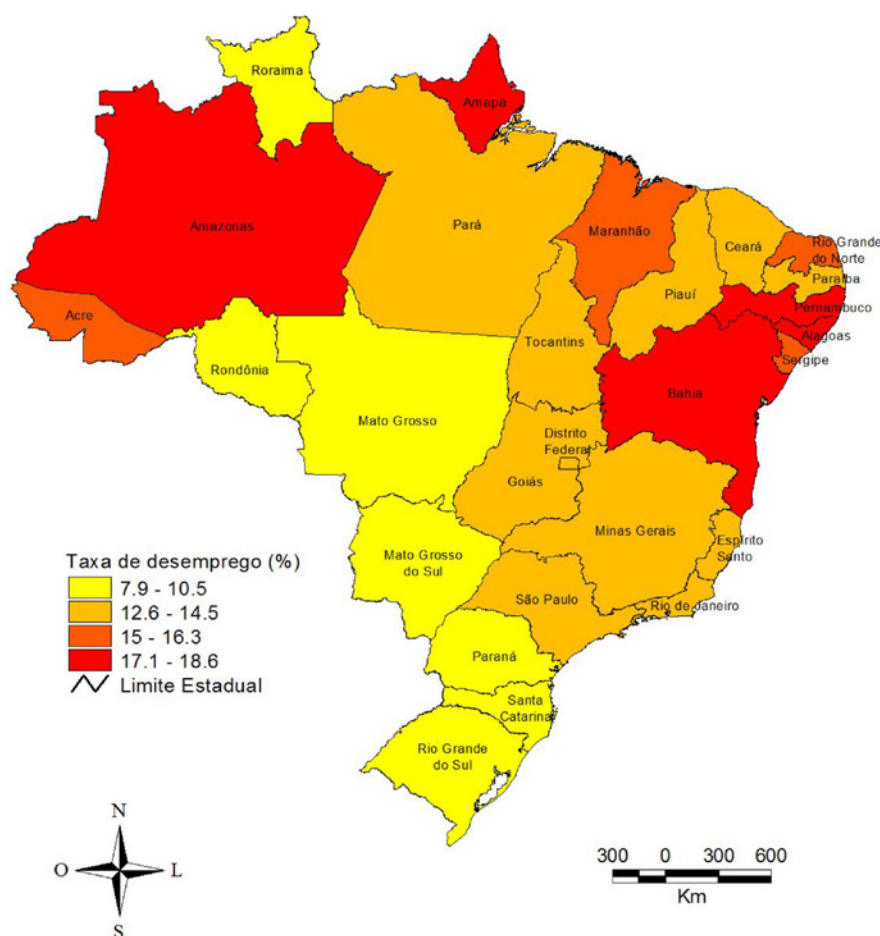
(18,6%), Amapá (18,5%), Amazonas (17,7%), Alagoas (17,5%) e Pernambuco (17,1%), sinalizados em vermelho no mapa 1 por possuírem as maiores taxas de desemprego, demonstram muito claramente a desigualdade de oportunidades do país. A taxa de desemprego nesses estados estão entre as maiores

do mundo e superam países como Etiópia, Nigéria, Iraque e Síria.

Altas taxas de desocupação também são perceptíveis no Rio Grande do Norte (16,3%), Sergipe (16,1%), Acre (15,9%) e Maranhão (15%). No outro extremo está Santa Catarina, que possui a menor taxa de desocupação do país, 7,9%, comparável à da União Europeia (8%), no mesmo período. No entanto, esta

taxa já chegou a ser de 2,7% ao final de 2014, ou mesmo de 6,2%, no último trimestre de 2016. Rondônia (8%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Mato Grosso do Sul (9,8%) completam a lista dos que possuem percentuais inferiores a 10% de desemprego e que auxiliam a destacar um eixo que segue pelo interior do país, do extremo sul até Rondônia, e que sofre menos as consequências do desemprego.

Mapa 1. Taxa de Desemprego



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ IBGE. Dados do 1º trimestre/2017

Dinâmica recente do desemprego

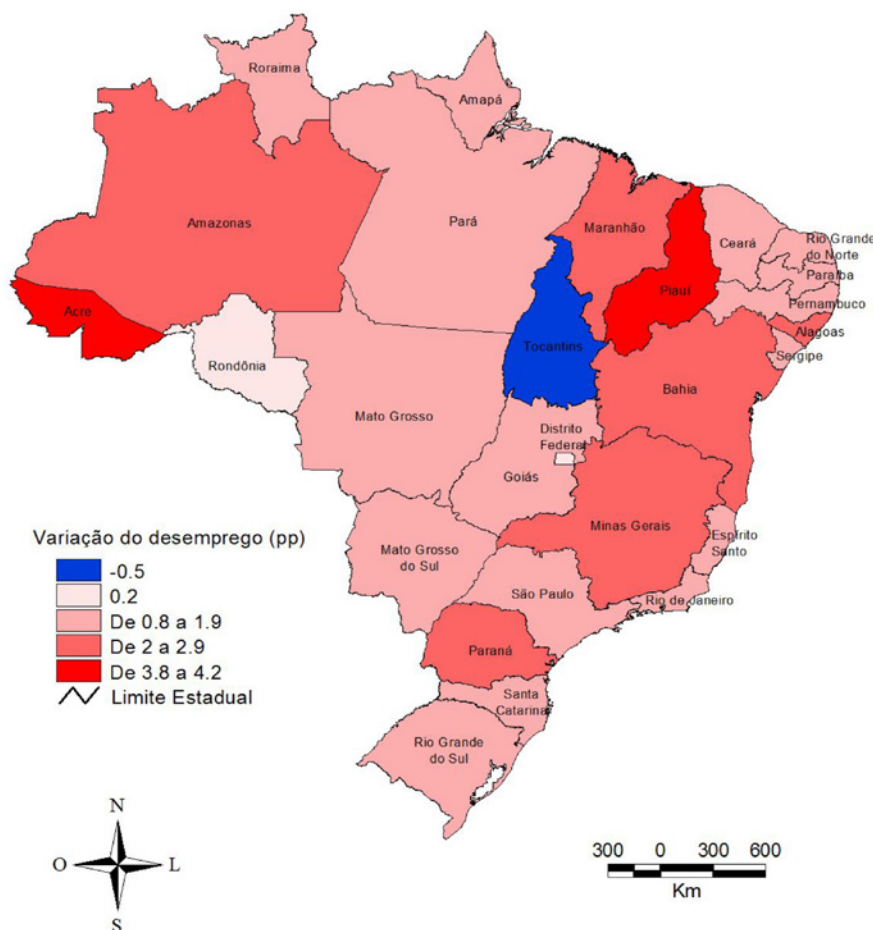
O mapa 2 demonstra que o desemprego teve uma variação surpreendente mesmo em um período tão curto de análise (primeiro trimestre de 2017 em relação ao quarto trimestre de 2016), variando nacionalmente em 1,7 ponto percentual. As regiões onde o desemprego mais cresceu proporcionalmente (1,9 ponto percentual) foram o Nordeste e Sudeste. O Piauí, com um aumento de 3,8 pp, foi o segundo es-

tado que mais sofreu neste fator. Minas Gerais foi o causador do alto índice do Sudeste, pois teve uma ampliação no desemprego de 2,6 pontos percentuais. Apesar de concentrar as mais baixas taxas do país, a região Sul foi a terceira onde a desocupação mais cresceu, 1,6 pp, com destaque negativo para o Paraná, com crescimento da desocupação em 2,2 pp. A região Norte, com aumento do desemprego em 1,5 pp, apresenta situações extremas. Se por um lado o Tocantins foi o único com variação negativa,

de 0,5 pp, e Rondônia apresentou o pequeno crescimento neste aspecto de 0,2 pp, o estado vizinho Acre foi o que passou pelo maior crescimento proporcional do desemprego do país, 4,2 pp. Já a região

Centro-Oeste apresentou o menor crescimento proporcional de desemprego, 1,1 pp, muito devido ao Distrito Federal, que obteve uma variação positiva do desemprego em apenas 0,2 ponto percentual.

Mapa 2. Variação do Desemprego - 2017



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/ IBGE. Dados do 4º trimestre/2016 e 1º trimestre/2017

Reforma trabalhista e mercado de trabalho

Com a crise política desencadeada pela delação premiada dos donos da JBS, é razoável esperar que tenhamos certo atraso na tramitação das reformas (trabalhista e previdenciária). Mas o objetivo do golpe - que é maior que Temer - é implementar um projeto de país e isso tentarão a todo custo, a menos que haja uma oposição massiva a esse plano ilegítimo.

A Reforma Trabalhista tramita agora no Senado Federal como PLC 38/2017 e modifica cerca de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho: é a mais ampla alteração realizada na CLT de uma só vez, como tem sido tratado em boletins da

Fundação Perseu Abramo.

Em síntese, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, a reforma trabalhista “institui um marco regulatório para as relações de trabalho altamente favorável aos interesses das empresas”. Assim, reverte-se “a lógica que originalmente inspirou a criação da legislação trabalhista no país, de cunho mais protetivo ao trabalhador”.

A reforma trabalhista chega em um momento de crise do mercado de trabalho, em que os últimos números da PNADC/IBGE apontaram para o crescimento da taxa de desemprego e agravamento das demais estatísticas, principalmente para grupos

mais vulneráveis, como mulheres e negros.

O quadro 2 permite observar que no primeiro trimestre de 2017 foram três milhões de pessoas a mais procurando emprego do que no mesmo período do ano passado. A população ocupada reduziu em aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, fazendo com que o nível de ocupação também se reduzisse em 1,6 pp, no mesmo período.

A formalidade também foi afetada. No primeiro trimestre de 2017 apenas 33,4 milhões de empregados possuíam carteira assinada, cerca de 1,2 milhão a menos do que no início de 2016. O rendimento

real médio habitualmente recebido por todos os trabalhos dos ocupados e a massa de rendimentos obtiveram um leve aumento no período, devido à saída dos ocupados com menor rendimento e ao aumento dos salários acima da inflação, em especial no caso dos trabalhadores do setor público. A taxa composta da subutilização da força de trabalho, que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que desistiram de procurar emprego, ficou em 24,1% (26,5 milhões de pessoas) em 2017. No quarto trimestre de 2016 essa taxa foi de 22,2% e, no primeiro trimestre de 2016, de 19,3%.

Quadro 2. Estatísticas do mercado de trabalho

Estatísticas	Períodos		
	1º trimestre 2016	4º trimestre 2016	1º trimestre 2017
Taxa de desemprego (%)	10,9	12	13,7
Nº de desempregados (em mil pessoas)	11.089	12.342	14.176
População ocupada (em mil pessoas)	90.639	90.262	88.947
Nível de ocupação (%)	54,7	54	53,1
Emprego com CTPS assinada (em mil pessoas)	34.631	34.005	33.406
Massa de rendimentos (em milhões de reais)	181.694	181.749	182.935
Rendimento real médio recebido por todos os trabalhos	2.059	2.064	2.110
Subutilização da força de trabalho (%)	19,3	22,2	24,1
Taxa de desemprego de pessoas até 29 anos (%)	20,7	22,4	25,0
até 29 anos (em mil pessoas)	6.315	6.790	7.701
Taxa de desemprego de pessoas com 30 anos ou mais (%)	6,7	7,7	8,9
Pessoas com 30 anos ou mais desempregadas (em mil pessoas)	4.774	5.552	6.475
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor branca (%)	8,8	9,5	10,9
Pessoas de raça/cor branca desempregadas (em mil pessoas)	4.098	4.389	5.056
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor preta (%)	13,6	14,4	16,9
Pessoas de raça/cor preta desempregadas (em mil pessoas)	1.187	1.360	1.632
Taxa de desemprego de pessoas de raça/cor parda (%)	12,6	14,1	16,0
Pessoas de raça/cor parda desempregadas (em mil pessoas)	5.751	6.504	7.391
Taxa de desemprego do sexo feminino (%)	12,7	13,8	15,8
Mulheres desempregadas (em mil pessoas)	5.638	6.202	7.176
Taxa de desemprego do sexo masculino (%)	9,5	10,7	12,1
Homens desempregados (em mil pessoas)	5.451	6.140	6.999

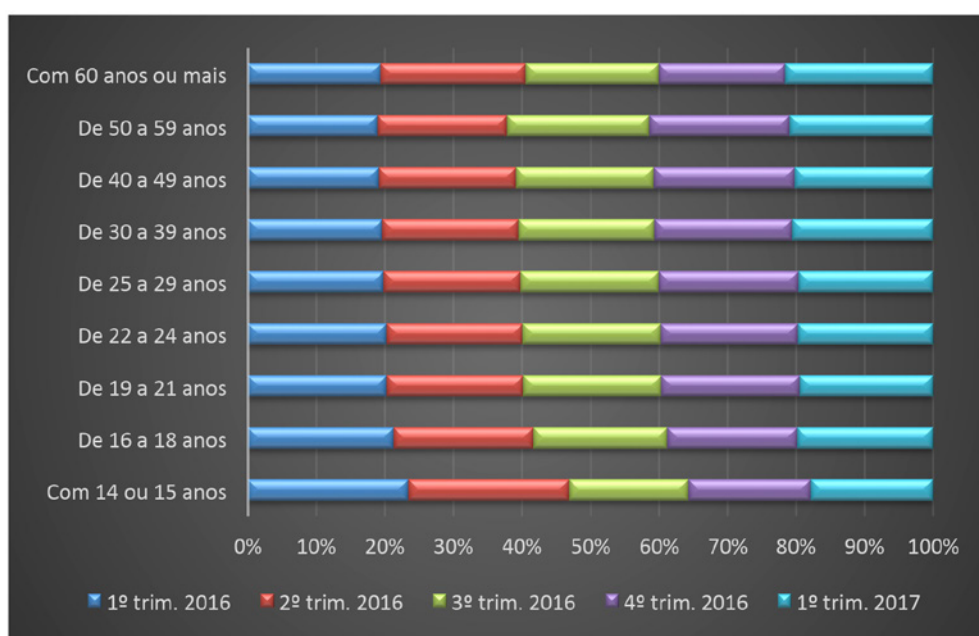
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

Apesar de estarmos numa onda crescente de desemprego, é possível observar algumas mudanças no perfil da população que vem ficando desempregada. Apesar dos jovens serem os mais afetados com o desemprego, pois sua taxa de desocupação subiu 4,3 pp (20,7% para 25%), correspondendo a 7,7 milhões no início de 2017, foi a população com trinta anos ou mais que prioritariamente ficou desempregada neste último ano, com 1,7 milhão de novos desempregados contra 1,4 milhão de jovens

desde o início de 2016.

No gráfico 1, que assim como os demais mostra a variação das estatísticas ao longo dos últimos cinco trimestres, é possível observar que os jovens de até 29 anos compõem a maioria dos desempregados (54,3% no primeiro trimestre de 2017). Mas as pessoas com trinta anos ou mais aumentaram sua participação no desemprego, indo de 43,1% dos desempregados no primeiro trimestre de 2016 a 45,7% destes no primeiro trimestre de 2017.

Gráfico 1. Evolução do perfil do desempregado por faixa etária

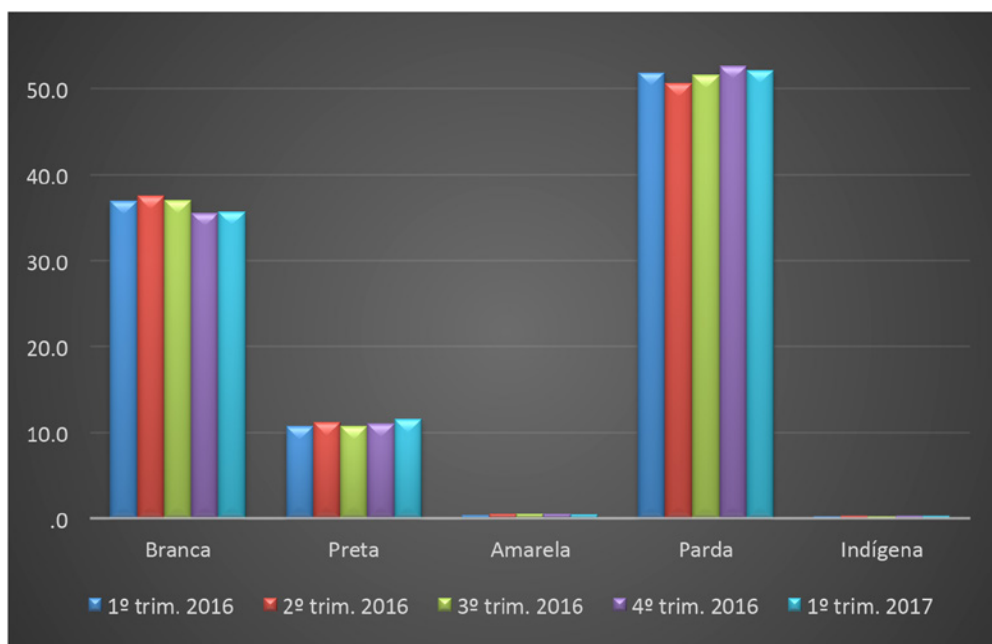


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

O perfil dos novos desempregados mostra que a desigualdade vem sendo ampliada também no quesito raça/cor. De acordo com a definição do IBGE, a população de raça/cor preta viu sua taxa de desemprego crescer cerca de 3,3 pp, de 13,6% para 16,9%, e a de raça/cor parda cresceu na mesma pontuação, de 12,6% para 16%. A de raça/cor branca aumentou 2,1 pp, de 8,8% para 10,9%.

O gráfico 2 também demonstra, sob um ponto de

vista complementar, o aumento da participação das pessoas de raça/cor preta no conjunto dos desempregados, pois, no início de 2016 eram 10,7%, e em 2017 já são 11,5% deste universo. Por outro lado, a população de raça/cor branca reduziu sua participação de 37% para 35,7% no mesmo período. A população classificada como de cor parda praticamente não variou no seu número inicial (51,9%) e final (52,1%).

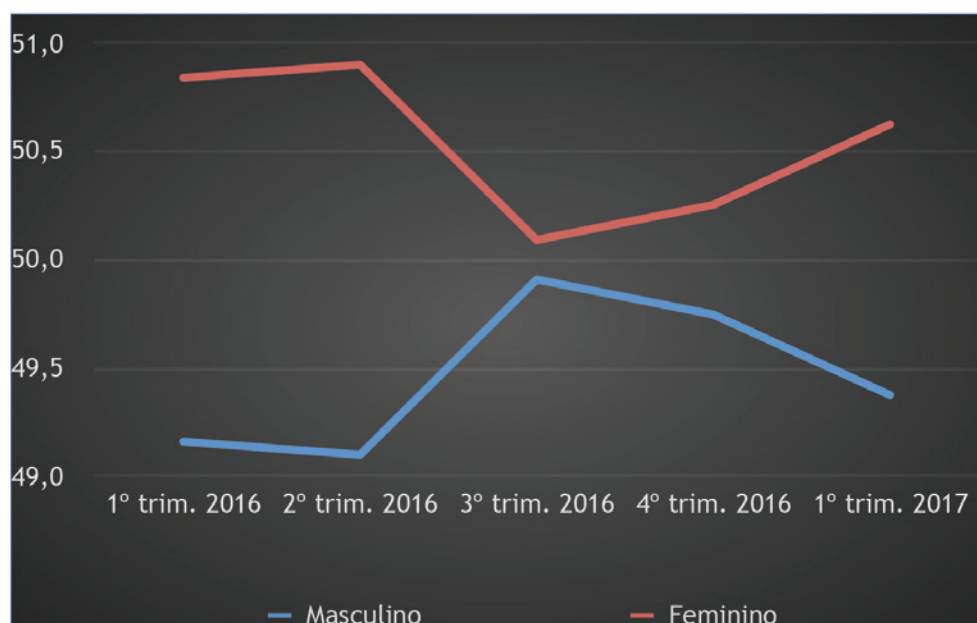
Gráfico 2. Evolução do perfil do desempregado por raça/cor

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

A taxa de desocupação feminina é historicamente superior à masculina, mas neste período analisado ela também cresceu mais, foi de 12,7% para 15,8%, crescimento superior a 3 pp. Já a masculina foi de 9,5% para 12,1%, crescimento pouco inferior a 2,7 pp.

No gráfico 3 percebe-se que a população feminina compõe a maioria do corpo de desempregados do

país. A amplitude entre os sexos já foi maior no início de 2016 (1,7 pp), chegando a ficar muito próxima no terceiro trimestre de 2016 (0,2 pp), e, desde então, vem aumentando novamente, a ponto de chegar em 1,2 pp no início de 2017, o que demonstra que as mulheres estão sofrendo mais com a progressão do desemprego atualmente.

Gráfico 3. Evolução do perfil do desempregado por sexo

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 2016-2017

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mede postos de trabalho formal, mostra um quadro oscilante: em abril, tivemos saldo positivo de 59.856. No mês anterior, o saldo fora negativo de 63.624 e, em fevereiro, o saldo havia sido positivo (35.612). A média anual ainda é negativa: de abril de 2016 a abril de 2017 foram destruídos 994.487 empregos formais no Brasil (com maior parte da perda dos empregos formais no comércio e serviços), o que representa -2,1% do estoque total de empregos com carteira assinada.

Em um contexto de crise e de alta do desemprego, é provável que os trabalhadores aceitem piores condições de trabalho, o que é agravado com a flexibilização das leis trabalhistas proposta pela reforma, que possibilita a perda de direitos hoje ainda garantidos.

Percebe-se assim um duplo esforço do governo com esse projeto: de um lado, implementar contratos precários e com menos direitos, partindo de uma determinada visão de mundo e, de outro, aumentar em um “passe de mágica” - como já tem feito ao mexer na metodologia do IBGE, por exemplo - a formalização, ao transformar o que é hoje considerado contrato precário, em linhas gerais, em trabalho regulamentado.

A pressão pela adoção de reformas nada tem a ver com a preocupação altruísta com o crescimento em si, mas com forçar o Brasil a adotar um projeto de “desenvolvimento” concentrador e excludente. Excludente por afastar os trabalhadores de sua aposentadoria. Concentrador por retirar direitos do trabalhador e privilegiar as altas camadas da sociedade, por exemplo.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO